

## UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

## Reitoria

## Despacho (extracto) n.º 2780/2011

Por despacho de 25 de Janeiro de 2011, do Reitor da Universidade Nova de Lisboa, foi homologada a eleição e nomeado o Doutor Luís

Paulo da Silva Nieto Marques Rebelo, Professor Catedrático do Instituto de Tecnologia Química e Biológica da Universidade Nova de Lisboa, no cargo de Director do mesmo Instituto, pelo período de quatro anos, com efeitos a partir de 1 de Março de 2011.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

27 de Janeiro de 2011. — A Administradora, *Fernanda Cabanelas Antão*.

204297053

## Faculdade de Ciências e Tecnologia

## Aviso (extracto) n.º 4022/2011

A fim de dar cumprimento ao disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, faz-se pública a lista nominativa dos trabalhadores indicados no mapa abaixo, que cessaram funções por motivo de aposentação, aposentação por incapacidade e óbito, no período compreendido entre 01 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010:

Nome Completo	Categoria	Motivo	Data	Posição/Escalão
Ana Pereira Velada Cunha . . . . .	Assistente Operacional. . . . .	Aposentação. . . . .	01.01.2010	3.ª Posição Remuneratória.
Amadeu Leão Santos Rodrigues . . . . .	Professor Catedrático. . . . .	Aposentação. . . . .	01.02.2010	Índice 300.
Joel Jorge de Figueiredo . . . . .	Assistente Técnico . . . . .	Aposentação. . . . .	01.03.2010	Entre 9.ª e 10.ª Posição Remuneratória.
José Carlos Ribeiro . . . . .	Assistente Operacional. . . . .	Aposentação. . . . .	01.03.2010	Entre 8.ª e 9.ª Posição Remuneratória.
Maria Margarida Pinto Marante Pereira . . . . .	Assistente Operacional. . . . .	Aposentação por incapacidade. . . . .	01.07.2010	1.ª Posição Remuneratória.
Carlos Luis Rodrigues Matias . . . . .	Coordenador Técnico. . . . .	Óbito . . . . .	08.08.2010	2.ª Posição Remuneratória.
António Manuel Cortes de Morais Arnaud. . . . .	Especialista de Informática . . . . .	Aposentação. . . . .	01.09.2010	Índice 900.
Maria Helena Henriques Rodrigues. . . . .	Assistente Técnica . . . . .	Aposentação. . . . .	01.09.2010	Entre a 9.ª e 10.ª Posição Remuneratória.
Maria de Fátima Soares do Nascimento Canhoto Fernandes Antunes. . . . .	Técnica Superior . . . . .	Aposentação. . . . .	01.10.2010	Entre a 3.ª e 4.ª Posição Remuneratória.
António Rafael Janeiro Borges . . . . .	Professor Catedrático. . . . .	Aposentação. . . . .	01.11.2010	Índice 330.
Maria de Fátima Pereira Correia de Haan. . . . .	Coordenadora Técnica . . . . .	Aposentação. . . . .	01.11.2010	Entre a 1.ª e 2.ª Posição Remuneratória.
António José Cabrita Lucas Lares . . . . .	Professor Associado. . . . .	Aposentação. . . . .	01.12.2010	Índice 250.
Maria de Lourdes Santos Lourenço Costa . . . . .	Professora Associada . . . . .	Aposentação. . . . .	01.12.2010	Índice 260.

26 de Janeiro de 2011. — O Administrador, *Dr. Luís Filipe Gaspar*.

204296113

## Aviso (extracto) n.º 4023/2011

Por despacho de 17/01/2011 do Sr. Reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Doutora Ana Luísa Almaça da Cruz Fernando — autorizada a manutenção do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na categoria de Professora Auxiliar, com efeitos a partir de 16.12.2010. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

31 de Janeiro de 2011. — O Administrador, *Dr. Luís Filipe Gaspar*.  
204296332

## Aviso (extracto) n.º 4024/2011

Por despacho de 17/01/2011 do Sr. Reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Doutora Maria Paulina Santos Forte de Faria Rodrigues, Professora Coordenadora da Escola Superior de Tecnologia do Barreiro — autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e em regime de *tenure*, como Professora Associada, com efeitos a partir da data de publicação, na sequência de procedimento concursal e nas condições previstas no n.º 1 do artigo 19.º do ECDU, com direito ao vencimento mensal correspondente ao escalão 1, índice 220, da tabela remuneratória aplicável aos docentes universitários, ficando rescindido o anterior contrato à data do início de funções. (Isento de fiscalização prévia do T.C.)

31 de Janeiro de 2011. — O Administrador, *Dr. Luís Filipe Gaspar*.  
204296608

## Regulamento (extracto) n.º 97/2011

Conforme determina o artigo 4.º do Regulamento dos Docentes Especialmente Contratados da Universidade Nova de Lisboa, publicado em anexo ao Regulamento n.º 686/2010, publicado no *Diário da República* n.º 158, 2.ª série, de 16 de Agosto, cabe aos Conselhos Científicos de

cada unidade orgânica estabelecer condições específicas para a contratação das diferentes categorias de docentes especialmente contratados.

O presente Regulamento foi aprovado pelo plenário do Conselho Científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, em 19 de Janeiro de 2011, e vai ser publicado em anexo.

26 de Janeiro de 2011. — O Director, *Fernando Santana*.

## ANEXO

## Regulamento dos Docentes Especialmente Contratados da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

## Artigo 1.º

## Objecto

1) Por pessoal docente especialmente contratado entende-se o pessoal docente ao serviço da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL) com as funções e categorias introduzidas no artigo 3.º do ECDU, Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, a seguir designado simplesmente por ECDU.

2) O presente regulamento estabelece as normas aplicáveis ao recrutamento, contratação, avaliação e regime de serviço do pessoal docente especialmente contratado da FCT-UNL.

## Artigo 2.º

## Legislação e regulamentos aplicáveis

Aos docentes especialmente contratados da FCT-UNL aplicam-se os artigos 14.º a 18.º, 30.º a 33.º-A e outros aplicáveis ao conjunto dos docentes, do ECDU, o RJES, Decreto-Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, os Estatutos da FCT/UNL, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 18, de 27 de Janeiro de 2009 (Despacho n.º 3484/2009), assim como o

Regulamento dos Docentes Especialmente Contratados da Universidade Nova de Lisboa (UNL), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 16 de Agosto de 2010 (Despacho n.º 686/2010), e finalmente as normas específicas à FCT-UNL indicadas nos artigos seguintes.

### Artigo 3.º

#### Regime de contratação

1) O pessoal docente especialmente contratado da FCT-UNL é contratado a termo certo, no regime de tempo parcial, ou excepcionalmente e fundamentado com a necessidade do serviço, no regime de tempo integral ou no regime de dedicação exclusiva; quando o regime de contratação é o de tempo parcial, as percentagens de dedicação deverão situar-se entre 15 % e 95 %;

2) De acordo com o artigo 32.º-A do ECDU, no âmbito de acordos de colaboração de que a Faculdade seja parte, ou no quadro da colaboração voluntária de docentes ou investigadores de outras instituições, podem ser contratadas, sem remuneração, para o desempenho de funções docentes como professores convidados, individualidades que satisfaçam os requisitos para contratação de pessoal docente especialmente contratado da FCT-UNL;

3) O contrato a termo certo é por um ano, renovável por um máximo de 5 anos quando o regime de contratação é a tempo parcial, ou por 4 anos nos restantes casos; excepcionalmente podem ser contratados docentes convidados ou visitantes pelo período de um semestre ou de um ano não renováveis;

4) As contratações que tiverem lugar devem ser publicitadas no site da FCT-UNL.

### Artigo 4.º

#### Recrutamento

1) O recrutamento do pessoal docente especialmente contratado da FCT-UNL é realizado por convite do Conselho Científico (CC), nos termos do ECDU; a deliberação sobre o convite só pode ser tomada após autorização dada pelo Director da FCT, depois de verificar que estão asseguradas as condições financeiras para a contratação;

2) A iniciativa de apresentação de propostas de convite ao CC pode ser do Director, ouvido o Conselho Executivo, ou de um Presidente de Departamento, ouvido o respectivo Conselho de Departamento;

3) Sempre que o CC o determinar, ou o proponente assim decidir, a apresentação da proposta de contratação de um professor convidado poderá ser posterior à realização de um procedimento de consulta pública;

4) O convite está sujeito a parecer prévio da subcomissão para o pessoal do CC; se o parecer for positivo, o mesmo é comunicado ao CC e, se nenhum membro do CC requerer, no prazo de 5 dias úteis, a discussão e votação presencial da proposta em plenário, considerar-se-á que o convite foi aprovado por todos os membros do CC.

### Artigo 5.º

#### Procedimento de consulta pública

1) O procedimento de consulta pública segue as normas estabelecidas no regulamento de concursos de pessoal docente da FCT/UNL com as simplificações a seguir indicadas;

2) O júri é substituído por uma comissão de pelo menos 3 membros, dos quais pelo menos um deve ser externo à FCT/UNL;

3) A comissão é nomeada pelo Director, ouvido o Conselho Executivo ou por um Presidente de Departamento, ouvido o respectivo Conselho de Departamento;

4) O peso dos critérios e indicadores a usar na ordenação dos candidatos deve fazer parte integrante da proposta de comissão, usando para tal os intervalos de variação definidos no regulamento de pessoal docente da FCT/UNL; poderão ser introduzidos critérios suplementares que não são, por limitações legais, possíveis em concursos públicos formais, como por exemplo privilegiar candidatos que tragam experiência de outras universidades;

5) Quando a consulta pública se dirige a mais do que uma área disciplinar, poderá ser dada ênfase a algumas áreas curriculares a concurso, através da indicação de área ou áreas preferenciais; esta indicação, quando existir, permite aos membros da comissão usar esse factor preferencial como um indicador suplementar para julgar os critérios mérito científico e mérito pedagógico do curriculum dos candidatos;

6) A apresentação do relatório de uma unidade curricular não é obrigatório; neste caso o peso atribuído ao mérito do relatório deverá ser transferido para o mérito pedagógico do curriculum dos candidatos;

7) Os anúncios a solicitar manifestações de interesse no exercício de funções de professor convidado são publicitados através dos meios e na língua para tal definidos pelo órgão responsável pela abertura do concurso; estes anúncios não necessitam de publicitar previamente os membros da comissão nem os critérios e indicadores a usar na seriação dos candidatos.

### Artigo 6.º

#### Avaliação e renovação dos contratos

1) Os docentes especialmente convidados são sujeitos a avaliação nos termos especificamente previstos no artigo 20.º do Regulamento da Avaliação do Desempenho e Alteração do Posicionamento Remuneratório da UNL e no regulamento de idêntico âmbito da FCT/UNL;

2) As eventuais renovações anuais dos contratos são realizadas, se não existir oposição do Director, por proposta do Presidente do Departamento a que o docente está afectado, formulada até 2 meses antes da data de renovação, ouvido o Conselho de Departamento; o Presidente do Departamento pode designar um membro do Departamento para elaborar um parecer sobre a renovação do contrato.

### Artigo 7.º

#### Serviço dos docentes especialmente contratados

1) Aos docentes convidados contratados em regime de dedicação exclusiva aplicam-se as mesmas condições que as previstas para os restantes docentes no ECDU e nos regulamentos da Prestação de Serviço dos Docentes da UNL e da FCT/UNL;

2) Nos termos do artigo 69.º do ECDU, o serviço docente dos docentes especialmente contratados em regime de tempo parcial é fixado contratualmente usando condições a estabelecer através de despacho do Director.

### Artigo 8.º

#### Disposições transitórias

1) Aos docentes especialmente contratados antes da entrada em vigor do novo ECDU, cujo período final de contratação termine antes de 31 de Agosto de 2014, aplicam-se as disposições do antigo ECDU para efeitos de recondução, mas a data de termo definitivo do contrato terá de ser necessariamente anterior a 31 de Agosto de 2014;

2) A avaliação destes docentes é realizada nos termos do artigo 6.º;

3) A deliberação sobre a recondução só pode ser tomada após autorização dada pelo Director da FCT, depois de verificar que estão asseguradas as condições financeiras para a mesma;

4) A apresentação da proposta de recondução, dirigida ao Director, é da responsabilidade do Presidente de Departamento a que o docente está afectado, até 3 meses antes do fim do contrato, ouvido o respectivo Conselho de Departamento, e tendo em consideração a avaliação do docente; o parecer do Conselho de Departamento é emitido com base no *curriculum vitae* do docente e de parecer subscrito por dois especialistas;

5) Nos termos da lei, a recondução carece de parecer positivo do CC;

6) A recondução está sujeita a parecer prévio da subcomissão para o pessoal do CC; se o parecer for positivo, o mesmo é comunicado ao CC e, se nenhum membro do CC requerer, no prazo de 5 dias úteis, a discussão e votação presencial da proposta em plenário, considerar-se-á que o convite foi aprovado por todos os membros do CC.

204296868

#### Regulamento (extracto) n.º 98/2011

Conforme determina o artigo 12.º do Regulamento dos Concursos da Universidade Nova de Lisboa, publicado em anexo ao Regulamento n.º 687/2010, publicado no *Diário da República*, n.º 158, 2.ª série, de 16 de Agosto, cabe a cada unidade orgânica aprovar a regulamentação necessária à definição dos critérios de avaliação, nomeadamente quanto ao peso relativo do desempenho científico, da capacidade pedagógica e de outras actividades relevantes.

O presente Regulamento foi aprovado na reunião do Conselho Científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, em reunião plenária no dia 21 de Julho de 2010, e vai ser publicado em anexo.

26 de Janeiro de 2011. — O Director, *Fernando Santana*.

#### ANEXO

#### Regulamento de Concursos de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

### Artigo 1.º

#### Objecto

O presente regulamento estabelece as normas aplicáveis aos concursos para professores catedráticos, associados e auxiliares da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL).